

## ASPECTOS ETNOLINGÜÍSTICOS DA FALA EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO PARÁ: JURUSSACA\*

*Márcia Santos Duarte de Oliveira\*\**

*Jonas Tadeu Viccari Fernandes\*\*\**

**Resumo:** Neste trabalho descrevem-se as formas pronominais pessoais em uma comunidade paraense de matiz africana visando a uma comparação inicial com o sistema de pronomes pessoais do português brasileiro atestado na literatura. Apresentam-se considerações sobre o tema “comunidades rurais – quilombolas” enfatizando a importância de um maior conhecimento dessas sociedades a fim de se chegar a uma melhor compreensão da história das línguas e povos africanos no Brasil.

**Palavras-chave:** Comunidade quilombola. Jurussaca (PA). Etnolinguística.

**Abstract:** This study describes the personal pronominal forms in a community of African hue in Pará aiming to compare it with the system of personal pronouns in Brazilian Portuguese certificated in the literature. We present considerations on the subject “rural communities – quilombos” emphasizing the importance of greater knowledge of these communities to a better understanding of the history of African peoples and languages in Brazil.

**Keywords:** Rural communities. Jurussaca (PA). Ethnolinguistics.

### APRESENTAÇÃO

A pesquisa esboçada neste projeto insere-se, devido ao seu caráter metodológico de apreensão dos dados, nos estudos etnolinguísticos.

Sobre etnolinguística, cita-se Roulon-Doko (2007, p. I, traduzido) que diz que essa área de estudo e pesquisa “[...] toma como objeto de estudo a cultura e a língua de um grupo.” Segundo a autora (op. cit.), “[...] a língua no discurso, associada à observação etnográfica é, portanto, a base da etnolinguística”.

---

\* Os autores agradecem a importante participação do Prof Jair Cecim – Universidade Federal do Pará – UFPA. O Prof. Jair é o autor da entrevista com um morador e líder na comunidade de Jurussaca – Cecim (2008). Essa entrevista, após transcrita – Fernandes (2008) – tornou-se o corpus para a análise realizada neste trabalho.

\*\* Profª. Dra. Márcia Duarte Santos de Oliveira (DLCV/USP) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas [marcia.oliveira@usp.br](mailto:marcia.oliveira@usp.br)

\*\*\* Jonas Tadeu Viccari Fernandes (PIIBIC/USP) Graduando do 1º. ano do Curso de Ciências Sociais, 2º ano do Curso de Linguística. [jonastadeu@usp.br](mailto:jonastadeu@usp.br)

O trabalho parte da coleta e organização de dados orais de falantes de uma comunidade de matiz africana: Jurussaca – PA. A metodologia seguiu os seguintes passos: (i) gravação de entrevista *in loco* – cf. Cecim (2008); (ii) transcrição da entrevista – cf. Fernandes (2008a) segundo as normas do Projeto NURC – cf. Castilho (2006); (iii) elaboração do corpus específico (dêixis pronominal) em 130 sentenças – cf. Fernandes (2008b).

Procedeu-se a uma análise da dêixis pronominal, atentando para aspectos sociais como a noção de formalidade/informalidade e o estatuto de nós/a gente observando traços de inclusão ou exclusão. Nosso aporte teórico, no tocante à Linguística, seguiu a análise da enunciação – cf. Benveniste (1976-1989), Levinson (2007); no tocante à Etnografia, procedemos a estudos ligados à Antropologia de comunidades rurais – cf. Moura, (1985).

Importante dizer que este estudo é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica em sua fase final e ainda de um projeto-piloto (ver Oliveira, 2009b) que visa ao inventário etnolinguístico de comunidades afrobrasileiras do Pará.

O texto a seguir se constitui em duas partes, além das considerações finais. Na primeira, aborda-se o tema das comunidades rurais de matiz africana, inserindo informações sobre a comunidade paraense de Jurussaca; na segunda parte, apresenta-se uma análise da enunciação em Jurussaca, centrada na dêixis pronominal.

## 1 COMUNIDADES RURAIS “QUILOMBOLAS”

As comunidades chamadas “quilombolas” ligam-se a fatos históricos relacionados à dinâmica e aos conflitos sociais da sociedade escravagista brasileira. “Quilombola” significa “preto fugido”: logo, as comunidades “quilombolas” têm a sua formação, na maioria das vezes, atribuída apenas à fuga de africanos e afro-brasileiros escravizados. Essa hipótese não se sustenta quando se observam os diferentes históricos de formação dessas comunidades rurais (SALTES, 2004).

Atentando para a história de cada região do Brasil e para as particularidades da dinâmica social que constitui cada uma das comunidades rurais de matiz africana, observam-se três possibilidades atestadas na literatura para sua formação:

- (i) a fuga individual ou coletiva, propiciando a formação de aldeamentos ou agregação a formações pré-existentes. Trata-se de uma das possibilidades de formação de quilombos, mas não a única. A fuga e o aldeamento têm sido vistos por alguns pesquisadores como uma explicação de origem ‘mítica’ (BOAVENTURA, 1986);
- (ii) o desaparecimento ou falência de zonas comerciais, o que, por vezes, ocasionou que os negros herdassem a terra onde foram escravizados.

O local passou a se organizar em torno de um regime de produção orientado nos moldes da agricultura comunitária (ou modo ‘camponês’) (GUSMÃO, 1990).

- (iii) a interiorização de indivíduos trazidos pelo tráfico negreiro, mas não absorvidos como mão de obra escrava. Esta foi uma dinâmica por vezes recorrente em regiões onde o mercado local não floresceu. Esses negros, de certa forma abandonados, formaram comunidades que caracterizaram-se por um maior isolamento geográfico (SALLES, 1994).

A Constituição Federal de 1988 trouxe os quilombos para a agenda das políticas públicas ao instituir o direito de posse de terra aos “remanescentes de comunidades quilombolas”. O termo “remanescente de quilombos”, desde o início, foi motivo de grande debate; atualmente é consensual que:

- comunidades afrobrasileiras com direito à posse de suas terras não são. necessariamente, comunidades:
  - (i) que se inserem em sítios arqueológicos comprovadamente ligados a quilombos da época da escravidão;
  - (ii) isoladas ou de população estritamente homogênea;
  - (iii) que têm, obrigatoriamente, de ter se constituído com base em movimentos de insurreição.
- comunidades afrobrasileiras com direito a posse de suas terras são comunidades:
  - (i) que se auto-identificam como um grupo étnico, distinto do restante da sociedade. Nesse sentido, a auto-identificação étnica não se reduz, por exemplo, à cor de pele; há que se levar em conta que a miscigenação é uma característica importante na constituição étnica das inúmeras sociedades que formam o mosaico cultural brasileiro.

Abaixo, destacam-se significativos portais quilombolas brasileiros

<http://www.palmares.gov.br/>  
<http://ufpa.br/naea>  
[http://www.cisp.org.br/comunidades/html/brasil/pa/home\\_pa.htm](http://www.cisp.org.br/comunidades/html/brasil/pa/home_pa.htm)  
<http://www.quilombo.org.br>  
<http://www.vertentes.ufba.br/index.htm>  
<http://www.koinonia.org.br>

Neste trabalho, abordam-se aspectos etnolinguísticos de uma comunidade quilombola do Pará: Jurussaca.

### Comunidades Quilombolas do Pará<sup>1</sup>

Salienta-se a relevância do NAEA – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (Apoio: Governo do Pará, Fundação Ford, CNPq, CEDENPA, Pro-

<sup>1</sup> As informações desta subseção são baseadas em Oliveira (2009 - (2.2.2.1.)).

O trabalho parte da coleta e organização de dados orais de falantes de uma comunidade de matiz africana: Jurussaca – PA. A metodologia seguiu os seguintes passos: (i) gravação de entrevista *in loco* – cf. Cecim (2008); (ii) transcrição da entrevista – cf. Fernandes (2008a) segundo as normas do Projeto NURC – cf. Castilho (2006); (iii) elaboração do corpus específico (dêixis pronominal) em 130 sentenças – cf. Fernandes (2008b).

Procedeu-se a uma análise da dêixis pronominal, atentando para aspectos sociais como a noção de formalidade/informalidade e o estatuto de nós/a gente observando traços de inclusão ou exclusão. Nosso aporte teórico, no tocante à Linguística, seguiu a análise da enunciação – cf. Benveniste (1976-1989), Levinson (2007); no tocante à Etnografia, procedemos a estudos ligados à Antropologia de comunidades rurais – cf. Moura, (1985).

Importante dizer que este estudo é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica em sua fase final e ainda de um projeto-piloto (ver Oliveira, 2009b) que visa ao inventário etnolinguístico de comunidades afrobrasileiras do Pará.

O texto a seguir se constitui em duas partes, além das considerações finais. Na primeira, aborda-se o tema das comunidades rurais de matiz africana, inserindo informações sobre a comunidade paraense de Jurussaca; na segunda parte, apresenta-se uma análise da enunciação em Jurussaca, centrada na dêixis pronominal.

## 1 COMUNIDADES RURAIS “QUILOMBOLAS”

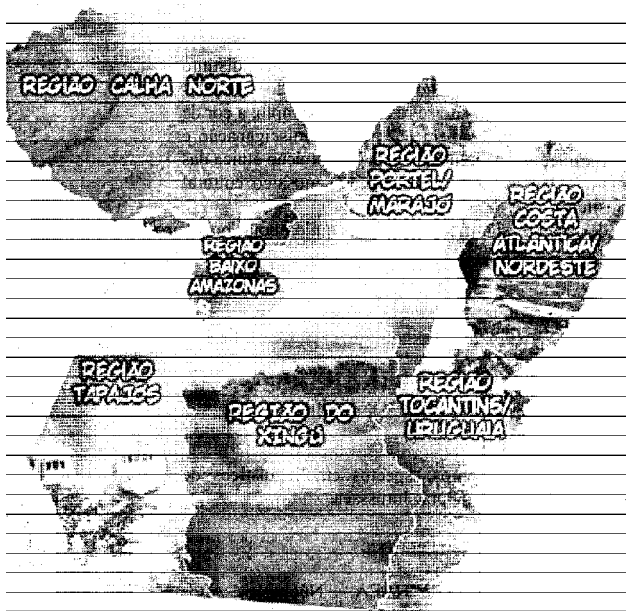
As comunidades chamadas “quilombolas” ligam-se a fatos históricos relacionados à dinâmica e aos conflitos sociais da sociedade escravagista brasileira. “Quilombola” significa “preto fugido”: logo, as comunidades “quilombolas” têm a sua formação, na maioria das vezes, atribuída apenas à fuga de africanos e afro-brasileiros escravizados. Essa hipótese não se sustenta quando se observam os diferentes históricos de formação dessas comunidades rurais (SALTES, 2004).

Atentando para a história de cada região do Brasil e para as particularidades da dinâmica social que constitui cada uma das comunidades rurais de matiz africana, observam-se três possibilidades atestadas na literatura para sua formação:

- (i) a fuga individual ou coletiva, propiciando a formação de aldeamentos ou agregação a formações pré-existentes. Trata-se de uma das possibilidades de formação de quilombos, mas não a única. A fuga e o aldeamento têm sido vistos por alguns pesquisadores como uma explicação de origem ‘mítica’ (BOAVENTURA, 1986);
- (ii) o desaparecimento ou falência de zonas comerciais, o que, por vezes, ocasionou que os negros herdassem a terra onde foram escravizados.

grama Raízes), no Norte do Brasil, no que concerne ao apoio e à pesquisa sobre comunidades afrobrasileiras. O NAEA constitui-se em um grupo de pesquisa envolvendo professores e pesquisadores ligados à Universidade do Pará – UFPA – junto a povoados negros rurais no Estado do Pará, iniciadas no rio Trombetas em 1989. Anos de pesquisa e publicações resultaram no Cd ROM: “Quilombolas do Pará”, um banco de dados sobre as comunidades quilombolas paraenses (de matiz negra), contendo textos históricos, fotos, croquis, músicas e falas de quilombolas (NAEA, 2005). A direção da pesquisa é de Rosa Acevedo Marin e Edna Castro, cujas publicações podem ser vistas em seus respectivos currículos na base de dados do Curriculum Lattes/ CNPq. Adelimitação das comunidades quilombolas do Pará, aqui apresentada, baseia-se em NAEA (2005).

O NAEA aponta 253 povoados distribuídos em oito áreas do Estado do Pará. As áreas quilombolas do Pará foram delimitadas pelo órgão com base em macro-regiões do Estado como se vê abaixo:



Fonte: <http://www.para30graus.pa.gov.br/imagens/pararegiones.jpg>

No quadro 1, apresentam-se as áreas quilombolas do Estado do Pará – de acordo com o NAEA – e sua localização nas macro-regiões do Estado do Pará:

**Quadro 1**

<b>Áreas quilombolas do Estado do Pará - NAEA</b>	<b>Macro-Regiões do Estado do Pará</b>
1. Grande Belém	Costa Atlântica/Nordeste
2. Guajarina	Costa Atlântica/Nordeste
3. Marajó	Portel/Marajó
4. Bragantina	Costa Atlântica/Nordeste
5. Gurupi	Costa Atlântica/Nordeste
6. Tocantina	Tocantins/Uruguiaia
7. Baixo Amazonas	Baixo-Amazonas
8. Trombetas	Tapajós

Uma referência importante sobre as comunidades afrobrasileiras no Pará é Salles (2004): uma coletânea de textos reunidos de um dos grandes historiadores do Norte brasileiro.

### 1.1 A COMUNIDADE DE JURUSSACA

Neste texto, apresentamos alguns aspetos etnolinguísticos da comunidade de Jurussaca, cuja localização é vista na tabela a seguir:

**Quadro 2**

<b>Área Quilombola do Estado do Pará - NAEA</b>	<b>Macro-Região do Estado do Pará</b>	<b>Comunidade Alvo</b>
Bragantina	Costa Atlântica/Nordeste	Jurussaca

Jurussaca encontra-se a aproximadamente 25km da cidade de Bragança e a 10km da cidade de Tracuateua. Segundo os moradores, a comunidade se iniciou por iniciativa de quatro fundadores que, fugidos do Maranhão, se instalaram na região. Os moradores dizem que um dos quatro fundadores era oriundo de Minas Gerais; a sua neta, dona Vicência, reside no município próximo, Tracuateua, e está próxima de comemorar seu centésimo aniversário. A seguir, um relato sobre a origem de Jurussaca:<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Transcrição realizada segundo as normas do projeto NURC – Castilho (2006, p. 23-24) – de entrevista gravada – Cecim (2008[...] (olha) fô a pessoa mais velha que ...(que) disseram né?... (falavam)...aí

sobre negócio de/a gente conversando em reunião... essas coisas... aí eu chego em reunião agente puxa esses assunto né?...aí essas pessoas já falavam (que eram) que essas pessoas que vieram pra cá (foram)... uns eram do Maranhão né?... aí vieram... ficaram... se localizavam assim... que era mata aqui... ninguém (era dono disso) ...só tinha aquela barriga de ( aí ficou um lá na beira do rio... aí ficou outro que morava aqui nesse local... e outro que era lá da rochinha... aí essas pessoas... sempre aqui e acolá a gente pega assim uma parte\_ mas é difícil a gente num... deixa escrito..., cada vez mais... as coisas vão..., vão... é... passando por esquecimento até... porque vem outras novidades e a gente quase num lembra... (Seu Angelino, quilombola de Jurussaca).

A comunidade leva o sobrenome de um de seus primeiros habitantes, por assim dizer, de um de seus fundadores. Tendo isso em vista atentamos ao fato de que comumente os escravos eram batizados com o sobrenome de seus senhores, o que se constitui como dado relevante para uma pesquisa histórica, que poderia apontar mais detalhes sobre as origens histórica e cultural da comunidade de Junissaca.

O processo de concessão das terras aos moradores ocorreu recentemente. Suas atuais reivindicações concentram-se agora em torno: da instalação de poços artesianos que evitariam surtos de hepatite (que acometem a comunidade); da instalação da rede elétrica; de assistência médica; de escolas de ensino fundamental.

Atualmente muitos moradores trabalham nas cidades próximas e por vezes se casam com pessoas de origem externa à comunidade, dinâmica social que se atesta em várias comunidades quilombolas da região.

Festa de Todos os Santos. A Marujada é realizada nas cidades de Bragança e Tracuateua e remonta a uma tradição de 300 anos (uma das manifestações mais tradicionais do Pará, em comemoração da devoção a São Benedito).

A Festa de Todos os Santos é promovida e realizada especificamente na comunidade de Jurussaca. A história transmitida pelos moradores é que a Festa de Todos os Santos teve origem em uma promessa de alguns moradores, que, temendo ir para a 2ª Guerra Mundial, prometeram que, se não fossem convocados, realizariam uma grande festa em homenagem aos santos. A data oficial e a comemoração do Dia de Todos os Santos no calendário religioso católico é dia primeiro de novembro, entretanto, nesse dia, a igreja vetava a venda de bebidas alcoólicas, o que motivou o adiantamento da festa, na comunidade, para o dia 31 de outubro. A comemoração começa com uma procissão da imagem de São Benedito, que pertence à comunidade há quatro gerações. O cortejo estende-se para fora de Jurussaca e os moradores das comunidades próximas, cujas casas estão no trajeto e que tenham imagem de santo, vão introduzindo suas imagens ao cortejo até o retorno a Jurussaca.

## 2 PARA UMA ANÁLISE DA ENUNCIÇÃO NA FALA DE QUILOMBOLAS DE JURUSSACA – A DÊIXIS PRONOMINAL

### 2.1. PROPÓSITO DO ESTUDO

O estudo em que se baseia este trabalho centrou-se na averiguação de tópicos da enunciação na fala de quilombolas de Jurussaca (ver 2.3). Com base na transcrição de entrevista com membros da comunidade, observaram-se aspectos morfossintáticos da categoria ‘pessoa’.

Este primeiro estudo sobre o comportamento do sistema pronominal do português falado em Jurussaca visa ainda a unir-se a pesquisas sobre o português falado no Brasil (principalmente na Região Sudeste) que apontam para o distanciamento significativo do sistema pronominal no português falado no Brasil (PB) da variedade do português europeu (PE) (conferir, entre outros, Tarallo (1983), Cyrino, S. M. L. (1994), Monteiro (1994), Figueiredo e Silva (1996), Duarte (1996), Galves (1998), Kato (1999), Negrão (1999), Cyrino, Duarte e Kato (2000)).

Com base em dados do projeto NURC – ver nota 2 – vários aspectos gramaticais do português culto falado no Brasil vêm sendo descritos e analisados sob diferentes perspectivas teóricas. Essas pesquisas têm comprovado, por meio da oralidade, o distanciamento do PB em relação ao PE; elas destacam ainda o projeto de se firmarem as bases para a descrição de uma gramática do PB. Em 2000, iniciou-se a consolidação dos ensaios e teses publicados, resultando o primeiro volume da “Gramática do Português Culto Falado no Brasil” (JUBRAN; KOCK, 2006)<sup>3</sup>. No entanto, confirma-se o que vários pesquisadores afirmam que para um melhor entendimento da realidade falada no Brasil, precisa-se empreender esforços em duas vertentes: o português falado, culto e o português falado não culto (rural, não letrado etc.) (PAGOTTO, 2007, p. 469). Oliveira e Campos (a sair), relembrando um grande nome da investigação do PB – Fernando Tarallo – ratificam a necessidade de ampliação de pesquisas sobre o PB em áreas ainda não investigadas:

“\_Picaretas em punho: vamos cavar!”(TARALLO, 1990; p. 175) é uma forte expressão ligada à chamada aos estudos/pesquisas sobre o português brasileiro. Entendemos que tais pesquisas devem ser intensificadas nas áreas já sob investigação e alargadas para áreas pouco ou ainda não estudadas. Logo, a região norte do Brasil precisa ser alvo de investigações não só linguísticas, mas também etnolinguísticas. (OLIVEIRA, 2008b).

<sup>3</sup> Está prevista a publicação de mais quatro volumes além do volume I — (CASTILHO, 2006, p. 24-25).



## 2.2. METODOLOGIA

A metodologia de campo adotada neste projeto segue a perspectiva textual-interativa – (JUBRAN, 2006) – centrada no tripé: Pragmática/Linguística Textual/ Análise da Conversação:

No âmbito de uma descrição textual-interativa é, portanto, fundamental que o produto lingüístico sob análise seja abordado dentro do contexto sociocomunicativo do qual emerge, a partir das marcas concretas que a situação enunciativa imprime nos enunciados (JURBRAN, 2006; p. 29).

Abaixo, apresentamos uma exposição da metodologia.

### 2.2.1 SOBRE OS DADOS

- Coleta {gravação} de dados por meio de entrevista
- Transcrição dos dados

As transcrições das falas inventariadas seguiram as normas utilizadas pelo Projeto NURC/São Paulo como se vê em Castilho (2006, p. 23-24).

- Exemplo de transcrição de dados – (FERNANDES, 2008)

LI – Homem quilombola entrevistado

L2 – Pesquisador

L3 – Mulher quilombola

L4 – Homem quilombola de voz grave

L5 – Pesquisadora

LI (olha) foi as pessoa mais velha que ... (que) disseram né?... (falavam)...aí sobre negócio de/a gente conversando em reunião... essas coisas... aí eu chego em reunião a gente puxa esses assunto né?...aí essas pessoas já falavam... (que eram) que essas pessoas que vieram pra cá (foram).. uns eram do Maranhão né?... aí vieram... ficaram... se localizavam assim... que era mata aqui... ninguém (era dono disso) ....só tinha aquela barriga de ( )... aí ficou um lá na beira do rio...

L2 seu ((nome do entrevistado)) esse trabalho 'que a gente tá querendo fazer... é justamente... pra:... resgata essa história né?

- Reorganização dos dados

Após a transcrição, deu-se início a uma reorganização criteriosa do corpus – Fernandes (2009) – tendo como meta a descrição/análise das for-

mas pronominais pessoais, como se vê abaixo em parte do arquivo de Fernandes (op. cit.):

1. **eu** lembro que ele passou um mês lá
2. ... mas **eu** sei que ele morreu de acidente

Cada sentença numerada, em dados como os acima (Fernandes. 2009), pode ter seu contexto localizado na transcrição. Os dados numerados e ‘tematizados’ foram organizados em arquivos específicos.

### 2.3 O CAMPO DA LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO

A pesquisa sobre os pronomes pessoais em Jurussaca – “uma abordagem da dêixis pronominal” – centra-se nas reflexões dos clássicos de Benveniste (1976, 1989).<sup>4</sup> O enfoque, como já mencionado, é a dêixis pronominal’. Anderson Keenan (1985, p. 260, traduzido) definem a dêixis<sup>5</sup> pronominal como:

“[...]expressões que referem-se necessariamente ao falante (Fal) e ao ouvinte (Ouv) durante o ato de fala em que elas ocorrem.[.....]”

“Os Problemas 1 e 11 de Benveniste são fonte inesgotável de inspiração teórica e isso se deve também ao fato de Benveniste não desenvolver um modelo de análise da enunciação, ao menos não nos moldes que Linguística comumente entende a palavra “modelo”. Ifá *eln* tal configuração teórica, pontos positivos e negativos. 1.4” – (FLORES et alii, 2008).

Dentre os itens lingüísticos que expressam esta informação, nós devemos incluir, naturalmente, a primeira e a segunda pessoa pronominais. [...]”

• Benveniste (1976), nos quatro primeiros capítulos da quinta parte (*O homem na língua*), discorre sobre a sua teoria de *pessoa*, de *espaço* e de *tempo*. falando sobre a *subjetividade na linguagem*. Benveniste (1989). no capítulo 5 (*O aparelho formal da enunciação*), centra-se nas “[...] *firmas que enviam sempre e somente a ‘indivíduos’*”<sup>6</sup>, apresentando as marcas lingüísticas de pessoa que localizam um dado espaço e um dado tempo no ato da enunciação.. Para Benveniste (1989, p. 82): “*A enunciação é este colocar em Jiincionamento a língua por um ato individual de utilização*”.

<sup>4</sup> Émile Benveniste figura como um dos fundadores do campo da enunciação junto a Bally, Sechehayc e Guillaume, entre outros. Fazem parte de um primeiro grupo de autores que apontaram sérias reflexões nesse campo da Linguística. mas que, no entanto, não chegaram a desenvolver um modelo de análise:

<sup>5</sup> Sobre deixis, ver Levinson (2007. capítulo 2), Anderson e Keenan (1985).

<sup>6</sup> Benveniste (1989, p. 85).

Na pesquisa, portanto, somente as formas pronominais de *primeira* e *segunda* pessoa foram levadas em conta por serem os pronomes dêiticos por excelência. Benveniste. (1976, 1989) demonstra que a primeira e segunda pessoa do discurso são diferentes da terceira pessoa:

“[...] A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como ‘sujeito’, remetendo a ele mesmo como ‘eu’ no seu discurso. Por isso, ‘eu’ propõe outra pessoa, aquela que,

“sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se o meu eco – ao qual digo ‘tu’ e que me diz ‘tu’.” (BENVENISTE, 1976: 286).

A *terceira pessoa* – diferentemente da *primeira* e da *segunda pessoa*, que são as participantes da comunicação –:

[...] designa qualquer ser ou não designa nenhum. Com efeito, usa-se apenas a 3ª pessoa, quando a pessoa não é determinada, notadamente na expressão impessoal, em que um processo é relatado como puro fenômeno cuja produção não está ligada a qualquer agente ou causa (por exemplo: Chove ...) [...]” (FIORIN, 2003:164)

Ao se referir que a *primeira* e *segunda* pessoa são os pronomes dêiticos por excelência está-se assumindo a definição de Anderson e Keenan (1985, p. 259, traduzido) para *expressões dêiticas*:

[...] nós consideramos ‘expressões dêiticas’ (ou dêiticos, resumidamente) aqueles elementos lingüísticos cuja interpretação em uma sentença simples apresenta referência especial a propriedades de contexto extralingüístico ao ato de fala em que ocorre. Dada a sentença ‘João me ama’, por exemplo, nós não podemos dizer quem está sendo amado a menos que nós saibamos quem é que enuncia a sentença. ‘Me’ é então um dêitico – sua referência é entendida a partir da obrigatoriedade de ser a pessoa que enuncia ou profere a sentença em que aparece.

#### ANÁLISE PRELIMINAR DA DÊIXIS EM JURUSSACA

Nosso ‘recorte’ para descrição e uma primeira análise da dêixis em Jurussaca levou em conta as formas pronominais pessoais de primeira e segunda pessoas, assumindo as reflexões de Émile Benveniste, no tocante à dêixis de ‘pessoa’. Flores et al. (2008, p. 78) descrevem a dêixis pronominal, o cerne da Teoria da Enunciação de Benveniste, que se apoia na análise do sujeito presente na língua:

Se examinarmos atentamente os pronomes pessoais, veremos que é preciso fazer duas distinções: a primeira, entre a classe de pronomes, separando os

pessoais dos demonstrativos, possessivos, interrogativos, indefinidos, etc.; e, a segunda, entre os pronomes pessoais, separando eu e tu de ele, porque a noção de pessoa é própria somente a eu e tu e falta em ele.

Visa-se, portanto, à verificação da ocorrência/ não ocorrência dos pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa, atentando para suas manifestações como: (i) pronomes livres (ex.: “... **eu** *chego em reunião* ...”); (ii) pronomes clíticos (Ex.: ele **nos** deu ...); (iii) sufixos flexionais como -ei: “Eu comprei o livro”.

Segundo Anderson e Keenan (1985, p. 260, traduzido):

A função déitica de elementos de primeira e segunda pessoa é independente se a firma ‘pronominal’ é uma palavra livre, um clítico ou simplesmente um afixo flexional UI.

Como já mencionado, a organização e delimitação dos dados visou a uma comparação inicial com pesquisas que descrevem os ‘pronomes pessoais do português falado no Brasil’ (região sudeste) (ver 2.1). Procedem-se a uma comparação inicial com o quadro do sistema pronominal (pronomes pessoais/ expressões pronominais pessoais) apresentado para o PB como se vê em Lobato (1986, p. 450) e Ilari et al. (2002, p.79); Levou-se em conta as formas de primeira e segunda pessoas no caso nominativo (posição de sujeito), objetivo (posição de objeto) e oblíquo (posição de objeto indireto) como são vistas em:

(1) **Indícios de caso morfológico no repertório dos pronomes/ expressões pronominais (manifestos) em português** – baseado em Lobato (1986, p. 450) e Ilari et alii (2002, p. 79)

<u>1ª. Pessoa Nominativo</u>	eu / nós/ a gente
<u>2ª. Pessoa Nominativo</u>	tu / você (s)/ o(s) <i>senhor(es)/ a senhora(s)</i>
<u>1ª. Pessoa Objetivome/ nos</u>	
<u>2ª. Pessoa Objetivote / você (s)</u>	
<u>1ª. Pessoa Oblíqua</u>	mim
<u>2ª. Pessoa Oblíqua</u>	ti/ lhe

No tocante à primeira pessoa, visou-se à observação do uso de formas pronominais pessoais em um caso de especialização já apontado por Campos (2008): as formas pronominais **nós** e **a gente** apresentam traços de formas *inclusivas* ou *exclusivas*. O autor embasou seu estudo em dados do português oral culto de Belém; nessa sua primeira análise aponta que a forma **nós** apresenta alto índice de exclusividade. Sobre esses traços ver Payne (1999, p. 45).

No tocante à segunda pessoa, estivemos atentos à possível informação concernente a ‘status social’ do falante e do ouvinte. Este tipo de informação codificada nos pronomes dêiticos é definida por Anderson & Kecnan (1985: 270, traduzido) como “ranqueamento social e relacionamento de participação”. Falantes do português da cidade de Belém do Pará atestam, por exemplo, uma diferenciação no uso de **tu/ você** que pode estar diretamente ligado ao ranqueamento social”. Observa-se abaixo, o relato de Ednalvo Apóstolo Campos, professor da Universidade Estadual do Pará – UEPA (comunicação pessoal):

(2)

Ouvindo a Radio Liberal AM, ainda há pouco, pude observar a alternância entre os pronomes tu e você. Numa conversa mais informal entre 2 locutores, eles comentavam sobre futebol, ao mesmo tempo em que contavam algumas ocorrências engraçadas que aconteceram com eles, fazendo a cobertura de jogos, etc. Então um deles disse:

\_sabes que horas cheguei hoje à Curuzu? Às 5 horas... E o outro comenta:

\_Deixa eu te falar...

Em seguida, passam a falar de um episódio envolvendo o técnico do time Paissandu e exibem a gravação de trecho da entrevista feita com o técnico:

\_A diretoria do Paissandu chegou a conversar com você sobre esse episódio? (trecho da entrevista com um dos jornalistas e o Técnico).

Em (1), segundo Ednalvo Campos, em um contexto de informalidade, o emprego da *segunda pessoa* é **tu** (ver a flexão de “sabes” e o clítico “**te** falar”). Já no contexto mais formal (a ‘entrevista’ ao técnico), o emprego da forma é **você** e não **tu**: chegou a conversar com **você** [...]”

#### 2.4.1 A 1ª PESSOA

##### 2.4.1.1 LEVANTAMENTO DO PRONOME SUJEITO

Atestam-se a ocorrência das formas: lsg. – **eu**; 1pl. **nós/ a gente**. Quanto a **nós/ a gente**, não foi possível apontar a predominância de uma forma sobre outra. Na contabilização dessas realizações, de um total de sessenta e oito ocorrências, a forma **nós** se fez presente trinta e três vezes, já a forma **a gente** ocorre em trinta e cinco casos.

(3) aí **eu** chego em reunião...?<sup>7</sup>

(4) ... porque o que **eu** fala<sup>8</sup>

(4) porque **nós** fizemos<sup>9</sup>

(5) ... aí sobre negócio de **a gente** conversando em reunião<sup>10</sup>

Para Benveniste (1988, p. 258), **nós** não é um “eu” quantificado ou multiplicado, mas sim um “eu” dilatado além da pessoa estrita e acrescido de contornos vagos. Logo, segundo os contextos, é possível apontar algumas funções específicas de **nós/ a gente** em Jurussaca:

i) NÓS (nóis) como forma exclusiva (eu + ele[s]) – **nós** exclusivo dilata o “eu” à uma terceira pessoa, excluindo assim a pessoa com quem se fala (a 2ª pessoa).

(6) *ela disse não.. nós não pode dá ônibus; nós pode dá uma contribuição de quinhentos reais...*<sup>11</sup>

Resgatando o contexto, averiguamos que **nós** em (6) refere-se à fala dos quilombolas (“eu” ampliado: eu + ele[s]). Na enunciação, esse “eu amplificado” conversa com um agente da prefeitura (2ª. pessoa) que, na narração (enunciado) é a pessoa que se refere à fala da comunidade como: “ela disse ...”.

(ii) A GENTE como forma inclusiva (eu+tu/ele(s)) – a gente inclusivo dilata o “eu” a uma terceira pessoa e/ou segunda pessoa. A pessoa com quem se fala é incluída nesta “amplificação” do “eu”

(7) ... aqui na comunidade **a gente** tem né<sup>12</sup>...

(8) ... principalmente **nós** que não pode tá: á: perdendo um recurso que a gente tem direito<sup>13</sup>

Esta primeira análise de **nós/ a gente** em Jurussaca aponta para similaridade com a análise das formas **nós/ a gente** apontadas por Campos (2008) para o português culto belenense: **nós** possui traços de pronome exclusivo; **a gente**, traços de pronome inclusivo.

#### 2.4.1.2. LEVANTAMENTO DO PRONOME OBJETO E OBLÍQUO

A língua portuguesa marca, em seu sistema de pronomes pessoais, resquícios do caso morfológico como se vê no paradigma de 1ª pessoa abaixo:<sup>14</sup>

<sup>7</sup> Fernandes (2008); dado 1; renumerado.

<sup>8</sup> Fernandes (2008); dado 20; renumerado

<sup>9</sup> Fernandes (2008); dado 83; renumerado.

<sup>10</sup> Fernandes (2008); dado 59; renumerado.

<sup>11</sup> Fernandes (2008); dado 59.

<sup>12</sup> Fernandes (2008); dado 75. Renumerado.

<sup>13</sup> Fernandes (2008); dado 125. Remunerado.

<sup>14</sup> Oliveira (2009: 84); dado (8), renumerado.

- (9) a. Eu fui ao Rio no mês passado  
 b. Meu irmão me levou à Rodoviária  
 c. Helena entregou as encomendas para mim

No entanto, pesquisas sobre o português não culto/ rural apontam que o caso nominativo vem sendo empregado no lugar do acusativo e ainda do oblíquo (ou dativo).<sup>15</sup>

- (10) a. Ele viu **eu** (no lugar de “Ele **me** viu”)  
 b. Não judia d’eu não (no lugar de “Não judia de **mim** não”)

Mattoso Câmara (1972) abordou, no tocante a esse fato, o emprego do pronome “ele” (e suas variantes de feminino e plural) como um acusativo do PB. Para Mattoso Câmara, trata-se de um “erro” visto na linguagem literária brasileira para a caracterização da “língua do povo”, mas que consiste num traço que se manifesta na linguagem oral em todos os níveis sociais.

O corpus analisado em Jurussaca, no entanto, apresenta várias ocorrências de Me acusativo e **mim** oblíquo (ou dativo):

#### **Me** Acusativo

- (11) .... aí ela **me** chamo(u) e disse ... seu Valdecir..<sup>16</sup>

#### **Mim** Oblíquo

- (12) porque não mandaram mais ofícios pra *mim* não ...<sup>17</sup>  
 (14) a menina que a filha do do: Chacrinha ... que era pra **mim** conversa(r)<sup>18</sup>

No dado (14), a 1ª. pessoa oblíqua *mim* não segue a norma culta. A norma gramatical culta diria: “... pra **eu** conversar) em que o caso a ser marcado seria o nominativo **eu**, sujeito do verbo “conversar”. Logo, **mim** em (14), comporta-se como outros dados semelhantes do português popular/ não culto.

<sup>15</sup> Dados coletados por Márcia Oliveira nos Municípios de Taboão da Serra e Itapeirica Serra — SP.

<sup>16</sup> Fernandes (2008); dado 29, renumerado.

<sup>17</sup> Fernandes (2008); dado 127, renumerado.

<sup>18</sup> Fernandes (2008); dado 128, renumerado.

### 2.4.1.3. *LEVANTAMENTO DA FLEXÃO VERBAL*

Segundo Lopes e Rumeu (2007, p. 419):

A inserção, principalmente no português do Brasil, de ‘você’ e ‘a gente no sistema pronominal criou uma série de repercussões gramaticais em diferentes níveis da língua. Por derivar de uma forma nominal que leva o verbo para a terceira pessoa do singular, o emprego de ‘você’ na interlocução acarretou, por exemplo, um rearranjo no sistema pronominal com a fusão de 2ª pessoa do plural. Novas possibilidades combinatórias tornaram-se usuais [...]

[...]

Outra reestruturação ocorreu no paradigma verbal que perde sua riqueza em termos flexionais passando de seis para três formas -básicas (‘eu lálo, “tu/ Você/ele/ a gente jata”, “você/ eles falam”. [...]

#### MARCAS DE FLEXÃO DE PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR

A grande maioria dos dados aponta para a marca de flexão do verbo com o pronome **eu**, seguindo a norma culta:

(15) **eu** lembro que ele passou um mês<sup>19</sup>

(16) **eu** vo(u) lá em Belém<sup>20</sup>

No entanto, ocorrem ainda várias incidências da ausência de concordância do verbo com o pronome **eu**. O verbo encontra-se em terceira pessoa do singular, como se vê em:

(17) porque o que **eu** fala<sup>21</sup>

(18) **eu** já foi duas vez (vezes)<sup>22</sup>

(19) o município lá porque **nóis** não tem condição ...<sup>23</sup>

#### MARCAS DE FLEXÃO DE 1ª PESSOA DO PLURAL

##### NÓS

A grande maioria dos dados aponta para a marca de flexão do verbo com o pronome **nós**, seguindo a norma culta:

<sup>19</sup> Fernandes (2008); dado 134, renumerado.

<sup>20</sup> Fernandes (2008); dado 144, renumerado.

<sup>21</sup> Fernandes (2008); dado 151, renumerado.

<sup>22</sup> Fernandes (2008); dado 153, renumerado.

<sup>23</sup> Fernandes (2008); dado 126, renumerado.



(20) **nós** fomos lá na funasa<sup>24</sup>

(21) (2 1) **nós** fizemos um projeto pra água...<sup>25</sup>

No entanto, ocorrem ainda várias incidências de ausência de concordância do verbo com o pronome **nós**. O verbo encontra-se em 3ª pessoa do singular como se vêem em:

(22) **nóis** (nós) não tinha pra compreta (completar)...<sup>26</sup>

(23) **nós** já sabia até o total de dinheiro que vinha para cada poço...<sup>27</sup>

(24) **nós** tem quinhentos reais lá..<sup>28</sup>

## A GENTE

Como já apontado no início desta subseção, a expressão pronominal de 1ª pessoa do plural a **gente**, introduzida no PB, levou o verbo a uma concordância de 3ª pessoa do singular, reduzindo o paradigma de flexão como se vê em:

(25) A **gente** compra roupas baratas naquele shopping.

No entanto, vários falares não cultos e rurais (como em áreas do Estado do Rio de Janeiro) atestam a expressão **a gente** relacionada à flexão verbal de 1ª pessoa do plural com se vê em:

(26) A **gente** não temo(s) escondição (condições) de andar nessas estrada todo dia<sup>29</sup>

A análise do corpus em Jurussaca apresenta, na maioria das incidências, **a gente** concordando com o verbo por meio de flexão de 3ª pessoa do singular – concordância aceita pela norma culta:

(27) ... a **gente** quase num lembra ...<sup>30</sup>

(28) quando tem reunião **a gente** conversa ...<sup>31</sup>

(29) ... aí depois que **a gente** se rala(va)/comentava<sup>32</sup>

<sup>24</sup> Fernandes (2008); dado 73, renumerado.

<sup>25</sup> Fernandes (2008); dado 84, renumerado.

<sup>26</sup> Fernandes (2008); dado 197, renumerado.

<sup>27</sup> Fernandes (2008); dado 86, renumerado.

<sup>28</sup> Fernandes (2008); dado 95, renumerado.

<sup>29</sup> Dado apreendido por Márcia Oliveira no Município de Queimados (1998) – RJ.

<sup>30</sup> Fernandes (2008); dado 61, renumerado.

<sup>31</sup> Fernandes (2008); dado 65, renumerado.

<sup>32</sup> Fernandes (2008); dado 70, renumerado.

No entanto, há a ocorrência de a **gente** concordando com o verbo por meio de flexão de 1ª pessoa do plural – concordância não aceita pela norma culta:

(30) é... tudo isso a gente lutamo(s)<sup>33</sup>

#### 2.4.2. A SEGUNDA PESSOA

Sobre a segunda pessoa do singular e plural. é interessante apontar não terem sido encontradas incidências de nenhuma forma de segunda pessoa do singular na(s) conversa(s) entre o pesquisador e os entrevistado(s). Este fato deve-se provavelmente pela relação de pouca intimidade instaurada entre o entrevistado e o entrevistado. Logo, a ausência de segunda pessoa do singular no corpus analisado pode corroborar a hipótese de diferenciação no uso de tu/você diretamente ligada ao “ranqueamento social” como relatado por Ednalvo Apóstolo Campos – ver dado (2) em (2.4.): em um contexto de informalidade, o emprego da segunda pessoa é **tu**; já em um contexto mais formal, o emprego da forma é **você**. Pensamos que a não realização das segundas pessoas pronominais do singular no corpus estudado deve-se a um auto grau de formalidade instaurada entre o entrevistado e o pesquisador, fazendo com que o entrevistado quilombola evitasse por completo um endereçamento direto ao pesquisador.

No plural o único uso da segunda pessoa atestado é **vocês**:

(31) vocês não doarem um ônibus pra nós nós não vamo<sup>34</sup>

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, partindo-se da coleta e organização de dados orais de falantes de uma comunidade paraense de matiz africana, procedemos a uma análise da dêixis pronominal, atentando para aspectos sociais como a noção de formalidade/informalidade e o estatuto de **nós/a gente**, observando traços de inclusão ou exclusão.

A análise preliminar do sistema de formas pronominais na comunidade de matiz africana Jurussaca (PA), a partir de um corpus mínimo, apontou as seguintes formas:

Pessoa Nominativo eu nós/ a gente

2ª. Pessoa Nominativo vocês

<sup>33</sup> Fernandes (2008): dado 71, renumerado.

<sup>34</sup> Fernandes (2008): dado 130; remunerado

2ª Pessoa Objetivome

2ª Pessoa Objetivo X

1ª Pessoa Oblíqua mim

2ª Pessoa Oblíqua X

Entendemos que a ausência de formas de segunda pessoa como **você/ tu/ lihe/ ti** podem ser explicadas pelo tipo de gênero discursivo escolhido para a coleta dos dados: o gênero entrevista. Este gênero causa certa inibição por partados falantes e a nosso ver deve ser evitado em futuros trabalhos que visem a uma melhor apreensão de aspectos etnolinguísticos da fala, nessa e em outras comunidades de matiz africana.

Apontamos para a necessidade da continuidade de estudos etnolinguísticos em comunidades afro-brasileiras. É prioritário, por exemplo, o conhecimento etnolinguístico dessas comunidades para o inventário da diversidade linguística brasileira, pois a compreensão da história das línguas e povos africanos no Brasil depende da compreensão das comunidades afro-brasileiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, S. R.; KEENAN, E. L. (1985). "Deixis." In: Timothy Shopen (Ed.) *Language Typology and Syntactic Description*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 259-308. Vol. III.

BENVENISTE, E. (1976). *Problemas de Linguística Geral I*. 5 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ EDUSP.

\_\_\_\_\_. (1989). *Problemas de Linguística Geral II*. 2 ed. Campinas: Pontes.

CAMPOS, E. A. (2008). *O uso dos pronomes nós e a gente no gênero entrevista da mídia televisiva uma análise do português culto falado em Belém*. In: I SIMELP, São Paulo: Anais do I SIMELP, 2008.

CAMPOS, E. A.; OLIVEIRA, M, S, D. (A sair). Português brasileiro e a região norte do país – "Picaretas em punho: vamos cavar!"

CASTILHO, A. T. Apresentação. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.) (2006). *Gramática do português culto falado no Brasil – construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 7-26, Vol. 1.

CASTILHO, A. T., MORAIS, M. A. T., CYRINO, S. M. L.; Lopes, R. E. V. (Orgs.). (2007). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas, SP: Pontes/ FAPESP.

\_\_\_\_\_. (2009a). *Sintaxe do português – estudando formalmente a gramática de uma língua*. Rio de Janeiro: Multifoco/ Tudoteca.

\_\_\_\_\_. (2009b). *Projeto-Piloto: Inventário Nacional da Diversidade Linguística !INDL: Levantamento etnolinguístico de comunidades no Pará*. Projeto apresentado em reunião do Grupo de Estudos da Diversidade Linguística. Brasília, [MAN/MEC. Manuscrito.

PAGOTTO, E. G. (2007). Crioulo sim, crioulo não – uma agenda de problemas: In: CASTILHO, A. T., MORAIS, M. A. T., CYRINO, S. M. L.; LOPES, R. E. V. (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas, SP: Pontes/ FAPESP. p.461-482.

- PAYNE, Thomas E. (1997). *Describing Morphosyntax: a guide for field linguists*. New York: Cambridge University Press,
- ROULON-DOKO, P. (2007). *A Pesquisa Etnolinguística – 'Iland-our do Curso*. Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo, manuscrito.
- DUARTE, M. E. L. (1996). Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Orgs.). *O Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, p. 107-28. Campinas: UNICAMP.
- FIGUEIREDO e SILVA, M. C. (1996). *A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitas*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- FIORIN, J. L. Pragmática. In: FIORIN, J. L. (Org.). (2003). *Introdução à Linguística II. Princípios de Análise*. 3 ed. São Paulo: Contexto.
- FLORES, V. N. et alii (2008). *Enunciação e gramática*. São Paulo: Editora Contexto.
- GALVES, C. (1988). A gramática do português brasileiro. *Linguas: Instrumentos Lingüísticos*, p. 79-96. Campinas: Pontes.
- KATO, M. A. (1999). Strong and weak pronominal in the null subject parameter. *PROBUS* 11, p. 1-37.
- KATO, M. Az; NEGRÃO, E. V. (Eds.). (2000). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt a. Main: Vervuert.
- Lobato, L. M. P. (1976). *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigiária.
- LOPES, C. R. S; RUMEU, M. C. B. (2007). O quadro dos pronomes pessoais do português: as mudanças na especificação dos traços intrínsecos. In: CASTILHO, A. T.; MORAIS, M. A. T.; CYRINO, S. M. L.; LOPES, R. E. V. (Orgs.).
- CECIM, J. (2008). Gravação de entrevista a um líder da comunidade de Jurussaca. Jurussaca, Pará.
- CYRINO, S. M. L. (1994). *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Tese de Doutorado. Campinas, SP: UNICAMP.
- CYRINO, S. M. L., DUARTE, M. E; KATO, M. A. (2000). Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: Mary Azawa & Esmeralda Vailati Negrão (Eds.). *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter* p. 55-74. Frankfurt am main: Vervuert.
- FERNANDES, J. (2008a). Transcrição de conversa entre grupo na comunidade de Juntssaca. São Paulo, Manuscrito.
- FERNANDES, J. (2008b). *Corpus: dêixis pronominal em jurussaca*. São Paulo, Manuscrito.
- GUSMÃO, N. M. M. (1990) - *Dimensão política da cultura negra no campo: uma luta, muitas lutas*. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia – FFLCH/USP, São Paulo.
- ILARI, R. et alii (2002). *Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise*. In: CASTILHO, A. T.; BASÍLIO, M. (Orgs.). *Gramática do português falado*. Volume IV: Estudos descritivos. São Paulo; Unicamp.
- JUBRAN, C. A. S; KOCH, I. G. V. (Orgs.). (2006). *Gramática do português culto falado no Brasil – construção do texto falado*. Campinas: UNICAMP. Vol. 1.
- LEITE, I. B. (1986). *Negros e viajantes estrangeiros em minas gerais, século XIX*. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia – FFLCH/USP, São Paulo.
- LEVINSON, S. C. *Pragmática* (2007). Trad. Luís c. Borges, Anibal Mari; revisão da tradução Anibal Mari; revisão técnica Rodolfo Ilari. São Paulo; Martins Fontes.
- NAEA (2005). *Quilombos do Pará*, cd-rom. Belém: NAEA-UFPA & Programa Raízes.
- OLIVEIRA, M. S. D. (2008). Algumas considerações sobre a importância da continuidade de estudos etnolinguísticos africanos para o conhecimento da etnolinguística brasileira. In: SILVA, Maria do Perpé-

- tuco Socorro Cardoso da (Org.). *As interfaces dos estudos linguísticos*, p. 280-305. Belém: UNAMA.
- Descrição, história e aquisição do português brasileiro*, p. 419-437. Campinas. SP: Pontes/ FAPESP.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. (1972). Ele como um acusativo no Português do Brasil. In: C. E. F. Uchoa (sel, e introdução). *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p.47-53. No 1.
- MOURA, M. M. (1985). Os herdeiros da Terra: Parentesco e herança numa área rural. 1 ed. São Paulo: Hucitec.
- MONTEIRO, J. L. (1994). *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: EUFC.
- NEGRÃO, E. V. (1999). *O Português brasileiro: uma língua voltada para o discurso* Tese de Livre Docência. São Paulo: Universidade de São Paulo. Manuscrito.
- ROBERTS, I; KATO, M. A. (Orgs.). (1996). *O Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, Campinas: Editora da UNICAMP.
- SALLES, V. (2004). *O negro na formação da sociedade paraense. Textos Reunidos*. Belém: Paka-Tatu.
- TARALLO, F. (1983). *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. University of Pensylvania, Ph. D. Dissertation.